

Extinção de empresas públicas pode estar nas novas medidas

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O governo deverá anunciar nas próximas horas mais algumas novas medidas de política econômica destinadas a liberalizar a economia e reduzir o déficit público. Está previsto o anúncio de uma nova política de tarifas aduaneiras com a desburocratização das exportações, a extinção de algumas empresas e órgãos do setor público. Além disso, prevê-se o estabelecimento de normas de aperfeiçoamento do programa de privatização, a criação de estímulos aos pedidos de demissões e formação de um programa de aposentadoria proporcional ao tempo de serviço no setor público.

Estas medidas, segundo informou ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, não vão ser anunciadas todas de uma única vez, pois o governo não quer mais que suas decisões sejam caracterizadas como "pacotes".

Até o final da noite de ontem, assessores do presidente trabalhavam no Palácio do Planalto esclarecendo dúvidas, principalmente de caráter jurídico, sobre as medidas. O governo não tinha ainda a ordem pela qual as decisões serão anunciadas.

Os retoques finais em algumas das medidas cuja elaboração se encontra em fase mais adiantada foram dados ontem à noite durante uma reunião entre o presidente José Sarney e os ministros Mafíson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento. Hoje pela manhã, o presidente volta a se reunir com os ministros, antes de serem anunciadas as primeiras medidas.

Segundo Mafíson, o objetivo básico da nova política de tarifas aduaneiras a ser instalada no País é o de eliminar alguns exageros na cobrança do Imposto de Importa-

ção, que hoje mantém alíquotas de até 105% para alguns produtos, como bens de capital (equipamentos), e tornar menos protecionista a legislação brasileira.

Para Mafíson, chegou a hora de muitos setores nacionais tornarem-se mais competitivos com os seus próprios recursos, passando a se apoiar menos na rede protetora tarifária criada pelo governo. A reforma no sistema das tarifas aduaneiras, segundo Mafíson, resultará também na elevação das tarifas médias para o setor importador, dos atuais cerca de 11 a 13%, para algo em torno de 20%, o que propiciará um aumento de arrecadação com o Imposto de Importação, apesar da maior liberação.

Na área da privatização, o governo pretende aperfeiçoar alguns mecanismos do programa tradicional que já resultou na privatização de sete empresas, além de se decidir pela extinção de alguns órgãos.